

1 Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
2 Mineiros do Baixo Paranaíba – CBHPN3 realizada aos 12 dias do mês de março do ano
3 de 2019, às 09h45min na sala de reuniões da AMVAP – Associação dos Municípios da
4 Microrregião do Vale do Paranaíba, situada na Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende,
5 3.180 – Distrito Industrial, Uberlândia/MG, com a instalação do quórum exigido no
6 Regimento Interno do CBHPN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares:
7 Guilherme de Oliveira Bueno (IEF); Wanessa Rangel Alves (SEMAD); Ademar Franco
8 Guimarães (EMATER); Elaine Aparecida Santos Oliveira (P.M. Araporã); Vanússia Sátiro
9 Silva Franco (P.M. Ituiutaba); Sandro Domingues Parreira (P.M. Monte Alegre de Minas);
10 Marco Túlio Machado Borges Prata (P.M. Uberaba); Maria Clara Machado Alessi Ferreira
11 (P.M. Uberlândia); Fabianna dos Santos Müller (Usina Coruripe); Thiago Alves do
12 Nascimento (FIEMG); Wéderson Nunes Cardoso (APRC Piedade); Dênio Drummond
13 Procópio (CEMIG); Anamaria Moya Rodrigues (Hidrosal); Eurípedes Luciano da Silva
14 Júnior (FONASC); Gustavo Bernardino Malacco da Silva (ANGÁ); Leila Ferreira de
15 Rezende (AMEDI); Roberto Parente Correia (ARPA/ Santa Vitória) Luiz Henrique Martins
16 (Neoambiente); Marisa Malfer de Moraes (OAB 44ª Subseção); Antônio Giacomini
17 Ribeiro (ABES); Omar Felipe de Lelis (CREA) e os conselheiros suplentes: Eduardo
18 Venâncio da Rocha (PMMG); Fernando Oliveira Franco (EPAMIG); Bruno Neto de Ávila
19 (IGAM); Otalino Rodrigues Filho (SES); Eduardo Siquieroli (PCMG); André Luiz Borges
20 (P.M. Araporã); Maurício Martins Lorena Filho (P.M. Santa Vitória); Edite Queiroz Santos
21 Silva (SAE-Ituiutaba); Clarimério Mamede Ferreira (COPASA) e convidados Delmas Luiz
22 Botta (Secretaria Municipal de Agropecuária, Agricultura, Abastecimento, Meio
23 Ambiente e Recursos Hídricos de Araporã); Paulo Henrique da Silva (PMMG Meio
24 Ambiente); José Hermilon Floresta (APRC Rio Piedade); Otávio Moreira (Secretaria
25 Municipal Meio Ambiente Ituiutaba) e Janahina Aparecida Borges (P.M. Centralina). O
26 presidente Gustavo iniciou a reunião informando que havia quórum e prosseguiu com
27 os itens de pauta. Comunicou aos presentes que os Sindicato de Produtores Rurais de
28 Capinópolis e Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Alegre de Minas receberam
29 ofícios do Comitê, informando sobre alternâncias das cadeiras no Conselho, acatando o
30 Regimento Interno. Informou que o comitê foi comunicado sobre as substituições dos
31 representantes titular e suplente da SEMAD e suplente do IGAM no Conselho. Quanto
32 ao item 3 da pauta, Malacco falou sobre o histórico do processo desde 2018, quando o
33 funcionário Deyvid do IGAM sinalizou pela formação do grupo de trabalho para a
34 implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e que esse grupo deveria ser
35 formado juntamente com IGAM, PN1 e PN3. Gustavo informou que houve uma reunião
36 entre as diretorias dois comitês em Monte Carmelo e dessa reunião resultou a
37 Deliberação Normativa Conjunta nº01 de 25/02/2019 que institui o GTAC – Grupo de
38 trabalho para discussão do processo de implementação da cobrança pelo uso de
39 recursos hídricos e formato jurídico-institucional da Agência de Bacia nos Comitês
40 Afluentes Mineiros do Baixo e do Alto Paranaíba. Os conselheiros acompanharam a
41 leitura da mesma. Alguns conselheiros se manifestaram sobre o assunto e discutiram

42 sobre os métodos inovadores e aplicação direta da cobrança, pois a mesma é submetida
43 à regulamentação do estado. Dênio esclareceu que a compensação financeira paga
44 mensalmente aos estados e aos municípios que tiveram áreas alagadas, é um valor pago
45 pelas usinas hidrelétricas pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de
46 energia e corresponde a 7% da energia gerada. Os conselheiros Thiago, Marco e
47 Giacomini fizeram observações sobre o tema e por unanimidade, os conselheiros foram
48 favoráveis à Deliberação Conjunta. Gustavo disse que os segmentos teriam alguns
49 minutos para se reunirem e indicarem os representantes para a composição do GTAC.
50 Logo após o presidente encaminhou as indicações para aprovação e por unanimidade
51 foi aprovada e as indicações serão registradas em deliberação. Os membros do GTAC
52 são, portanto, pela diretoria do comitê PN3, a Associação para a Gestão Socioambiental
53 do Triângulo Mineiro – ANGÁ; sociedade civil, a Associação Brasileira de Engenharia
54 Sanitária e Ambiental Seção Minas Gerais – ABES; usuários de recursos hídricos, a
55 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; poder público municipal,
56 a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas; e o Instituto Mineiro de Gestão das
57 Águas – IGAM. Seguindo os pontos de pauta, Gustavo disse que a diretoria do PN3 tinha
58 deixado um prazo para que os conselheiros enviassem sugestões para o Plano de
59 Trabalho da Diretoria na gestão 2018/2020 apresentado na eleição como gestão
60 2018/2019, mas devido a alteração do Regimento Interno, prorrogou-se para 2020.
61 Salientou que duas sugestões foram enviadas, uma da OAB através da conselheira
62 Marisa e da AMEDI, através da conselheira Leila. Informou que as contribuições foram
63 contempladas no Plano de Trabalho. Salientou que referente a penúltima proposta do
64 Plano, o PN3 não possui uma estrutura técnica para executar a proposta, mas que o
65 comitê está buscando uma forma de captar recursos junto ao CBH Paranaíba para a
66 execução. Informou que um dos assuntos de pauta da reunião do CBH Paranaíba do dia
67 19 próximo será essa questão, convidou os conselheiros que participassem. Os
68 conselheiros aprovaram por unanimidade o Plano proposto. Gustavo informou que a
69 diretora geral do IGAM, Marília, informou na 58ª reunião do Fórum Mineiro, que o
70 orçamento que deve ser disponibilizado para que os comitês de bacias executem os
71 planos de trabalhos, está sendo adequado. Disse que o assunto da barragem de
72 Brumadinho foi muito discutido na reunião e que muitos parlamentares, tanto da
73 situação como da oposição, estiveram presentes, interessados na questão dos recursos
74 hídricos e sentiu que os comitês provavelmente terão agendas dentro da Assembleia
75 Legislativa. Gustavo informou que foram criadas comissões relacionadas aos assuntos
76 do meio ambiente. O conselheiro Marco Túlio falou que participou da reunião do Fórum
77 e informou que foram discutidos assuntos sobre barramentos como licenciamento,
78 outorgas, projetos e que conversou com um promotor ligado ao meio ambiente e que
79 duas moções relacionadas ao assunto foram inseridas no contexto. Informou que muitos
80 servidores do Secretaria do Meio ambiente estão sendo questionados sobre os
81 rompimentos das barragens, porém a opinião pessoal dele é que são questionamentos
82 injustificáveis. Informou ainda que dia 12 de dezembro houve uma reunião com o CERH

83 e que foi assinado o documento com a entidade (OSCIP) que fará a gestão do PN3.
84 Salientou que acredita que com o governo atual, as demandas dos comitês de bacias
85 serão mais fáceis e ágeis para serem executadas. A conselheira Anamaria sugeriu que o
86 comitê convidasse engenheiros ligados ao meio ambiente para uma capacitação dos
87 conselheiros quanto ao assunto de barragens e salientou que a mídia informou que a
88 barragem de Brumadinho estava inativa e que essa informação é uma inverdade.
89 Sandro também disse que participou da reunião do Fórum e que basicamente os
90 assuntos discutidos foram já falados e comentou sobre os recursos de 92,5% e 7,5%
91 direcionados aos comitês de bacias. Marco Túlio disse que estão fazendo alguns ajustes
92 tanto na Procuradoria do Estado como na Casa Civil. O vice-presidente do PN#, Antônio
93 Giacomini, informou que participou da 4ª reunião da Câmara Técnica de Integração do
94 CBH Paranaíba nos dias 05 e 06 de fevereiro, em Goiânia/GO, salientando que o CBH
95 Paranaíba mesmo possuindo suas instâncias deliberativas, criou a CTI para que os
96 comitês estaduais ficassem integrados, porém a realidade dos comitês estaduais é
97 diferente de um para o outro e comentou que alguns comitês estão bem articulados e
98 avançados com a questão de projetos e que outros estão aquém. Indicou que isso é
99 devido a alguns já terem recursos da cobrança de uso da água. Informou que o PN2 já
100 possui agência de cobrança e as secretarias executivas dos comitês PN1 e PN3 ainda por
101 não possuírem agência de cobrança, contam com um certo apoio administrativo do
102 Estado e da parceria da AMVAP. Giacomini informou que a Agência Nacional de Águas
103 está pressionando o CBH Paranaíba quanto a sustentabilidade da água e que não tem
104 como agir se não for disponibilizado recursos para os comitês trabalharem. Informou
105 ainda que na Assembleia do CBH Paranaíba ficou decidido que os recursos deverão ser
106 destinados a projetos por demanda espontânea, mediante a edital, e que o objetivo do
107 edital é a seleção de projetos que sigam os critérios exigidos, os quais promovam
108 impactos positivos, qualitativos ou quantitativos, relacionados aos recursos hídricos e
109 ecossistemas aquáticos, que estejam alinhados com o Plano Diretor dos comitês.
110 Informou que o recurso para os três comitês estaduais é de R\$736.000,00. Disse que as
111 Prefeituras, universidades, sociedade civil, associações e outras entidades, poderão
112 enviar os projetos que passarão pela câmara técnica do comitê, a qual verificará se o
113 projeto estará de acordo com o Plano do comitê, porém a aprovação dos projetos não
114 será feita pelos comitês. A CTI do Paranaíba e ABHA que trabalharão nesse quesito.
115 Informou que na reunião também foi discutido sobre a representatividade na CTI, pois
116 pela legislação, a representatividade deve ser espacial e por segmentos, porém a junção
117 das duas coisas não contempla a legislação e que esse assunto voltará a ser discutido na
118 próxima Assembleia do Paranaíba. Gustavo Malacco salientou que foi criado um Grupo
119 de Trabalho referente ao edital citado anteriormente e falou que deve ser levado à
120 reunião do Paranaíba a questão do PN2 ter recurso de cobrança e pleitear parte do
121 recurso disponibilizado a projetos, pois não acredita ser justo o pleito já que possui
122 cobrança de uso da água. Informou ainda que inicialmente o presidente do PN1
123 concorda com essa opinião e que levarão essa proposta à reunião do Paranaíba. Malacco

124 pediu o apoio dos conselheiros sobre esse assunto e todos concordaram com as
125 ponderações. Comentou que os projetos não serão executados pela instituição que o
126 fará e que isso também é ruim para as instituições, pois não tem como uma instituição
127 sem recurso elaborar um projeto e depois ficar à parte do mesmo, ou seja, sem poder
128 executá-lo. Salientou que o ideal seria as instituições enviarem uma carta-proposta de
129 como seria o projeto e o que iria englobar. Seguindo os itens de pauta, o conselheiro
130 Thiago falou que foram eleitos o coordenador da CTIL-PN3 e o relator e que devido aos
131 feriados prolongados de fim de ano a CTIL não tinha se reunido e ainda que o assunto
132 da Deliberação do CERH referente a alteração do Regimento Interno foi conversado com
133 todos os membros da CTIL e os mesmos aprovaram juntamente com a diretoria que o
134 assunto passaria para esta plenária. Informou que as reuniões da CTIL serão realizadas
135 de acordo com o cronograma das reuniões do PN3 e se houver algum assunto urgente,
136 será chamada uma reunião extraordinária. Gustavo encerrou a reunião, desejando a
137 todos bom retorno. Uberlândia, 12 de março de 2019. Seguem abaixo assinaturas do
138 presidente Gustavo Bernardino Malacco da Silva e da secretária Elaine Aparecida Santos
139 Oliveira. presidente CBHPN3 – Gustavo B. Malacco da Silva

140 Secretária CBHPN3 – Elaine Aparecida Santos Oliveira